



FUNDAÇÃO JOSÉ CARVALHO

A Fundação José Carvalho, através da sua missão, contribui com a formação de crianças e jovens carentes, oferecendo-lhes educação básica e promovendo a inclusão social por meio das unidades educacionais por ela mantidas e também mediante convênios e programas socioeducativos. A Instituição findou o ano de 2021 com resultados positivos, metas cumpridas e objetivos alcançados. **Marta Teixeira Barroso Fernandes** - Presidente; **Sérgio Curvelo Dória** - Vice-Presidente; **Bárbara Klein de Araújo Carvalho** - Chanceler.

# FUNDAÇÃO JOSÉ CARVALHO

CNPJ 13.962.766/0001-07

## NOTA DA ADMINISTRAÇÃO

### BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE REAIS - R\$)

ATIVO CIRCULANTE	Nota explicativa	2021	2020	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO CIRCULANTE	Nota explicativa	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa	5	31.204	32.029	Fornecedores	11	2.760	2.221
Aplicações financeiras	6	43.718	17.170	Impostos a pagar		371	365
Contas a receber	7	8.575	5.135	Obrigações trabalhistas e encargos	12	4.319	5.211
Créditos a receber		-	13.343	Títulos a pagar		2.154	-
Estoques	8	6.423	4.710	Outros passivos		710	47
Dividendos e juros sobre capital próprios a receber	18	24.364	16.670	TOTAL DOS PASSIVOS CIRCULANTES		9.675	7.844
Outros ativos		1.799	228	<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
TOTAL DOS ATIVOS CIRCULANTES		116.083	79.286	Fatores para contingências	13	568	518
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				Outros passivos LP		98	103
Aplicações financeiras LP	6	175.099	161.945	TOTAL DOS PASSIVOS NÃO CIRCULANTES		666	621
Depósitos judiciais		443	392	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Investimentos	9	1.232.005	923.347	Patrimônio social	14	1.197.184	1.172.646
Imobilizado	10	50.050	45.793	Ajuste de avaliação patrimonial		50.197	5.114
TOTAL DOS ATIVOS NÃO CIRCULANTES		1.457.597	1.131.477	Superávits acumulados		315.958	24.538
TOTAL DO ATIVO		1.573.680	1.210.763	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.563.339	1.202.298
				TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.573.680	1.210.763

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

	Nota explicativa	2021	2020
RECEITA LÍQUIDA DAS ATIVIDADES		32.062	27.802
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS	16	(29.616)	(25.251)
SUPERÁVIT BRUTO		2.446	2.351
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Vendas	16	(4.380)	(4.051)
Generais e administrativas	16	(8.465)	(7.440)
Manutenção de entidades educacionais	16	(23.020)	(27.595)
Manutenção de entidades assistenciais	16	(2.155)	(2.162)
Equivalência patrimonial	9, 16	334.285	33.844
Outras receitas e despesas, líquidas	16	9.363	14.274
TOTAL		299.628	6.870
SUPERÁVIT ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		302.074	9.221
Resultado financeiro:			
Perdas financeiras	17	13.947	15.405
Despesas financeiras		(63)	(89)
TOTAL		13.884	15.316
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO		315.958	24.538

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

### DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

	Nota Explicativa	2021	2020
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO		315.958	24.538
Ajustes para reconciliar o superávit do exercício:			
Depreciação	10	1.992	2.089
Equivalência patrimonial	9	(334.285)	(33.844)
Rendimento de aplicações financeiras	17	(13.920)	(15.378)
Reversão de créditos de liquidação duvidosa		(23)	(14)
Reversão de provisão para contingências		(50)	(40)
Superávit ajustado		(30.328)	(22.779)
Variações nos ativos e passivos:			
Contas a receber		(3.463)	2.773
Estoques		(1.713)	(1.128)
Depósitos judiciais		(51)	(141)
Outros ativos		(1.570)	323
Fornecedores		539	511
Tributos e contribuições a recolher	15	5	(74)
Obrigações trabalhistas e encargos		(892)	1.126
Outros passivos		(20)	(255)
Caixa líquido aplicado nas operações		(37.493)	(19.644)
FLUXOS DE CAIXA DE ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Aplicações financeiras		(20.098)	1.598
Aquisição de imobilizado	10	(6.250)	(8.690)
Recebimento na alienação de investimento		11.426	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio recebido		51.590	24.841
Caixa proveniente das atividades de investimento		36.668	17.749
REDUÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(825)	(1.895)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		32.029	33.242
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		31.204	32.029
REDUÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(825)	(1.895)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

#### 1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Fundação José Carvalho ("Entidade"), instituída em 1975, é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e com prazo de duração indeterminado gozando de imunidade tributária conforme art. 150 da CF/1988. Tem por objetivos primordiais proporcionar educação de qualidade, prestar assistência técnico-pedagógica às escolas intervenidas e assistência social aos mais carentes.

As receitas da Entidade são obtidas através das vendas de produtos alimentícios oriundos da sua fábrica de laticínios e posto de vendas, situados no município de Entre Rios - BA, do complexo de diversão localizado no município de Pojuca - BA, constituído de parque, restaurante e posto de vendas, e pelos resultados da participação societária na Cia de Ferro Ligas da Bahia - Ferbasa ("Ferbasa").

A Fundação está sediada na cidade de Pojuca - BA, sendo administrada pelo Conselho Curador, composto por 11 membros, com mandato de um ano, sendo coordenado por um Presidente e Vice-presidente, um chanceler e respectivo suplente, eleitos anualmente, todos escolhidos entre os membros do Conselho Curador, os quais não recebem remuneração.

A Entidade mantém nos municípios de Pojuca, Catu e Entre Rios e Andorinhas, escolas totalmente gratuitas para os ensinos pré-escolar, fundamental, médio e técnico profissional, incluindo duas escolas rurais com regime de internato, atendendo no exercício de 2021, a 3.315 alunos (\*). Presta, ainda, assistência pedagógica a outras escolas rurais e projetos, convênios e parcerias, atendendo a aproximadamente 175 alunos (\*) no exercício de 2021, totalizando 3.380 alunos (\*).

A fábrica de laticínios tem como objetivo, além de prover recursos destinados à educação e assistência social, gerar empregos com o intuito de contribuir para o desenvolvimento social da região. A emissão das demonstrações financeiras individuais foi autorizada pelo Conselho Deliberativo em 20 de abril de 2022.

(\* Informações não auditadas pelos auditores independentes.

#### 1.1. Certificado de Filantropia

A Entidade detém Certificado de Filantropia, anteriormente emitido e regulamentado pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). Através do Decreto no 7.237 de 20 de julho de 2010, houve a regulamentação da Lei no 12.101 de 27 de novembro de 2009, que dispõe sobre o processo de certificação das entidades beneficentes de assistência social.

A Entidade está enquadrada no capítulo III deste Decreto, que determina que o Ministério da Educação é responsável por conceder ou renovar a certificação das Entidades beneficentes de assistência social da área de educação. A Entidade vem cumprindo as metas e condições estabelecidas no capítulo III, Artigos 26 a 29 do referido Decreto.

Em 27 de abril de 2018, foi publicado, em Diário Oficial da União, a certificação da Fundação José Carvalho como Entidade Beneficente de Educação e Assistência Social, pelo período de 18 de setembro de 2012 a 17 de setembro de 2015. Em março de 2015 e em março de 2016, a Entidade protocolou, respectivamente, seu pedido de renovação de certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), da área de educação, junto ao Ministério de Educação, dando validade ao título até se conclua a análise do órgão, conforme específica a legislação pertinente ao assunto, sendo que até a presente data o Ministério da Educação ainda não se manifestou.

#### 1.2. Covid-19 (Coronavírus)

Na Fundação José Carvalho, as medidas de segurança de combate a COVID-19 foram mantidas, o distanciamento social, uso obrigatório de máscaras e os protocolos de higienização sistemática permaneceram ativos. A área educacional das suas atividades à distância durante o primeiro semestre de 2021, a partir do segundo foi adotado o sistema híbrido (presencial e à distância), a administração e as demais unidades retornaram o quadro presencial sob escala com o avanço da vacinação.

O balanço final da vacinação em 31 de dezembro foi de 95% de colaboradores vacinados com a primeira e a segunda dose. Nenhum óbito foi registrado.

A Administração analisou os impactos da COVID-19 e não identificou quaisquer mudanças de circunstâncias que indiquem a necessidade de realizar a análise de prejuízo de seus ativos, descontinuidade operacional, ou que requeiram ajustes nas suas demonstrações financeiras individuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

#### 2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

##### 2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidade de lucro.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A interpretação técnica geral ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros, aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade em 21 de agosto de 2015, estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de reconhecimento das transações e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações financeiras e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas de entidade sem finalidade de lucro.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras individuais foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

A preparação de demonstrações financeiras individuais requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Fundação no processo de aplicação de suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais, estão divulgadas na nota explicativa nº 3.

A Administração da Entidade também preparou demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. Tais demonstrações, apresentadas em separado dessas demonstrações financeiras individuais também foram examinadas pelos auditores independentes da Entidade e estão disponíveis na sede da Entidade.

2.1.1. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras individuais são mensurados em reais, a moeda do principal ambiente econômico no qual a Entidade atua (moeda funcional).

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

##### 2.2. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

##### 2.3. Instrumentos financeiros

Ativos e passivos são reconhecidos quando direitos e/ou obrigações são retidos na transferência pela Entidade. Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Entidade assume direitos contratuais de receber caixa ou outros ativos financeiros de contratos no qual é parte. Ativos financeiros são deixam de ser reconhecidos quando os direitos de receber caixa atrelados ao ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente os riscos e benefícios para terceiros.

Passivos financeiros são reconhecidos quando a Entidade assume obrigações contratuais para liquidação em caixa ou na assunção de obrigações de terceiros por meio de um contrato no qual é parte.

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo e deixam de ser reconhecidos quando são quitados, extintos ou expirados.

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

- Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado.
- Passivos financeiros ao custo amortizado.

Os instrumentos financeiros que posteriormente ao reconhecimento inicial venham a ser mensurados pelo custo amortizado são mensurados por meio da taxa efetiva de juros.

As receitas e despesas de juros, a variação monetária e a variação cambial, deduzidas das estimativas de perda por não recebimento de ativos financeiros, são reconhecidas quando incorridas na demonstração de resultado do exercício como "Resultado financeiro".

Ativos e passivos financeiros somente são apresentados pelos seus valores líquidos se a Entidade detiver o direito incondicional de compensar tais valores ou liquidá-los simultaneamente, bem como ter a intenção de fazê-lo.

Em 31 de dezembro de 2021 os instrumentos financeiros da Entidade eram: Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, títulos a receber, depósitos judiciais, fornecedores e ou-

tros, os quais foram classificados como "Custo amortizado" e aplicações financeiras, classificadas como valor justo por meio do resultado.

##### 2.4. Contas a receber

As contas a receber correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Entidade.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado menos as perdas esperadas de créditos ("PCE"), se aplicável. As perdas de crédito esperadas sobre as contas a receber de clientes são estimadas com base na experiência de inadimplência passada do devedor e em uma análise da posição financeira atual do devedor.

##### 2.5. Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o custo médio. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal). O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, deduzidos dos custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

##### 2.6. Investimentos

Controladas é a investida na qual a Entidade detém o controle. O controle é obtido quando a Entidade tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades. O investimento em sociedade controlada é avaliado e contabilizado pelo método de equivalência patrimonial sendo, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo.

A baixa de um item do imobilizado ocorre após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultante do uso contínuo do ativo. Os ganhos e as perdas decorrentes de alienações são determinados pela comparação com o valor contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado na conta "Outras receitas, líquidas".

A depreciação é calculada usando o método linear para aloocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Vida útil em anos
Edificações	25
Máquinas e equipamentos	10 a 30
Veículos e tratores	5
Móveis e utensílios	10 a 20
Outros	5

Para o exercício de 2021, a Entidade realizou análise dos ativos com auxílio de engenheiros e não identificou nenhuma alteração que pudesse afetar as taxas adotadas.

##### 2.8. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Os bens do imobilizado e outros ativos não circulantes são avaliados sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, ocorrendo perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o seu valor líquido de venda, esta é reconhecida no resultado do exercício.

A Entidade não identificou indicadores que pudessem reduzir o valor de realização de seus ativos em 31 de dezembro de 2021.

##### 2.9. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades da Entidade, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

##### 2.10. Provisão para contingências

As provisões são constituídas para todas as contingências referentes as ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) quando: (i) a Entidade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

##### 2.11. Receita de venda de produtos

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Entidade. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Entidade reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Entidade e quando critérios abaixo tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Entidade.

(a) Recurso da venda de produtos

A Entidade fabrica e vende laticínios para o mercado local e as vendas dos produtos são reconhecidas sempre que ocorre a entrega dos produtos para os clientes, o qual passa a ter total liberdade sobre a comercialização e o preço de revenda dos produtos, sendo que o reconhecimento não ocorre até que: (i) os produtos tenham sido entregues no local especificado; (ii) os riscos de obsolescência e perda tenham sido transferidos para o cliente; (iii) o cliente tenha aceitado os produtos de acordo com o contrato de venda; e (iv) as disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou a Entidade tenha evidências objetivas de que os clientes não criticam a aceitação formal atendidos, que em geral ocorre em conjunto com a entrega os produtos aos clientes.

##### 3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As demonstrações financeiras individuais da Entidade incluem, portanto, estimativas referentes à definição de vida útil do ativo imobilizado e provisões para contingências.

(i) Apresentação de item por natureza na demonstração do resultado

A Entidade apresenta uma linha de projetos sociais na demonstração do resultado. Embora a apresentação da demonstração do resultado seja feita por função, em decorrência da rubrica demonstrar os gastos da Entidade com seu objetivo primordial, a Administração entende ser adequada a apresentação por natureza para esse item.

##### 4. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

###### 4.1. Fatores de risco financeiro

A Entidade não possui instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2021.

Os principais riscos de mercado a que a Entidade está exposta na condução das suas atividades são:

(a) Risco de crédito

Os riscos de crédito consistem, primariamente, em caixa, bancos e aplicações financeiras. A Entidade mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras em diversas instituições financeiras, de acordo com as estratégias previamente aprovadas pelo Conselho Deliberativo. Estas operações são realizadas com bancos de reconhecida solidez, minimizando assim os riscos.

O risco surge também da possibilidade de a Entidade vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Entidade monitora rigorosamente as contas a receber de clientes.

###### (b) Risco de liquidez

A Entidade gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

(c) Risco de taxa de juros

Este risco decorre da possibilidade de a Entidade vir a incorrer em perdas por conta das flutuações nas taxas de juros. A Entidade possui aplicações financeiras expostas a taxas de juros flutuantes (CDI) conforme demonstrado nas notas explicativas nº 5 e nº 6.

4.2. Instrumentos financeiros por categoria

ferido ou alienado integralmente ao patrimônio de entidade congênera, devidamente registrada no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, indicada pelo Ministério Público.

O valor do superávit ou déficit do exercício deve ser incorporado ao Patrimônio Social. Caso exista restrição para aplicação de parte ou do total do superávit o mesmo deve ser reconhecido em conta específica do Patrimônio Líquido.

b) Ajuste de avaliação patrimonial, outros resultados abrangentes e transações de capital com sócios

Refer-se ao saldo de adendo do custo atribuído ("deemed cost") aos ativos imobilizados alocados na classe de terrenos, ajustando os saldos de abertura na data de transação em 1º de janeiro de 2009 pelos seus valores justos.

Os valores atribuídos foram determinados através de laudo de avaliação, gerando um acréscimo de R\$3.060 na Entidade, cuja contrapartida foi registrada no patrimônio líquido, no grupo de "ajustes de avaliação patrimonial".

Valor justo por meio do resultado:

Aplicações financeiras 218.817 169.115

Custo amortizado: Caixa e equivalentes de caixa 31.204 32.029

Contas a receber 8.575 5.135

Títulos a receber 443 13.343

Depósitos judiciais 40.222 50.899

Passivos financeiros: Fornecedores 2.760 2.221

182 FundacaoJoseCarvalho\_balanco20226x52.pdf

Código do documento: 182



### Assinado por:



EMPRESA EDITORA A TARDE S A:15111297000130  
Certificado Digital  
E-mail: legal02@hmcontabilidade.com.br

### Registro de Eventos:

13 mai. 2022, 00:01:00 - UPLOAD

**Documento:** 182

**Criado por:** Jandir Almeida. **E-mail:** jandir@atarde.com.br

**DATE\_ATOM:** 2022-05-12T21:01:00-0300

22 nov. 2023, 14:59:01 - INÍCIO DO PROCESSAMENTO

Assinatura de iniciada pelo Serviço de Assinaturas.

**DATE\_ATOM:** 2023-11-22T11:59:01-0300

22 nov. 2023, 15:03:32 - ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL  
EMPRESA EDITORA A TARDE S A:15111297000130

**E-Mail:** legal02@hmcontabilidade.com.br

**Emissor do Certificado:** C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, CN=AC  
DIGITALSIGN RFB G3

**DATE\_ATOM:** 2023-11-22T12:03:32-0300

### Hash do documento original

[SHA256] : d3419bd848b3baa42f8751d95785b2025cc03226ea864b9df9e671d3844a68e5

[SHA512] : cf83e1357eefb8bdf1542850d66d8007d620e4050b5715dc83f4a921d36ce9ce47d0d13c5d85f2b0ff8318d2877eec2f63b931bd47417a81a538327af927da3e

Este certificado pertence única e exclusivamente aos documentos de HASH acima!

Este documento está assinado digitalmente com um certificado digital emitido por: AC DIGITALSIGN RFB G3